

No. 43913

**Argentina
and
Brazil**

Regulation on the Binational Argentine-Brazilian Commission to facilitate the construction and operation of new road bridges over the Uruguay River. Puerto Iguazú, 30 November 2005

Entry into force: *30 November 2005 by signature*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Argentina, 1 June 2007*

**Argentine
et
Brésil**

Règlement de la Commission binationale argentino-brésilienne en vue de faciliter la construction et l'opération de nouveaux ponts routiers sur la rivière Uruguay. Puerto Iguazú, 30 novembre 2005

Entrée en vigueur : *30 novembre 2005 par signature*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Argentine, 1er juin 2007*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

REGULAMENTO DA COMISSÃO BINACIONAL ARGENTINA-BRASIL PARA A VIABILIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DE NOVAS TRAVESSIAS RODOVIÁRIAS SOBRE O RIO URUGUAI

OBJETIVOS

Artigo 1º: A Comissão Binacional para as Novas Pontes sobre o Rio Uruguai criada por Acordo entre o Governo da República Argentina e o Governo da República Federativa do Brasil, assinado em Florianópolis, República Federativa do Brasil, em 15 de dezembro de 2000, tem por objeto o exame das questões relativas à construção, exploração e manutenção de novas pontes sobre o Rio Uruguai.

Artigo 2º: Este regulamento contém as normas e princípios que regerão as atividades da Comissão Binacional a que se refere o Artigo 1º.

ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Artigo 3º: É competência da Comissão Binacional:

- a) Reunir os antecedentes necessários a fim de elaborar os termos de referência para a contratação, junto ao setor privado, de estudo comparativo de viabilidade de novas conexões, considerando os aspectos físicos, ambientais, econômico-financeiros e legais do empreendimento, e indicando, em seus resultados, a ordem de prioridade técnica para execução dos projetos;
- b) Analisar os referidos estudos e, com base neles, determinar os próximos passos com vistas à realização dos projetos que as Partes decidirem executar;
- c) Preparar a documentação necessária para levar a cabo a licitação pública e a posterior adjudicação para a construção e exploração de novas pontes, a realização das obras complementares e acessos, devendo ser submetida à aprovação prévia das Partes;
- d) Caso seja decidido realizar obras pelo sistema de concessão de obra pública, estabelecer as condições que os concessionários devem cumprir na realização das obras e exploração das respectivas concessões. Neste caso, antes da licitação, designar um representante de cada Parte para integrar um organismo de controle que terá como função supervisionar o cumprimento do contrato de concessão ao longo de sua vigência;
- e) Considerar em seus trabalhos as decisões e acordos resultantes do Protocolo nº 14 (Transporte Terrestre), de 10 de dezembro de 1986, inclusive no tocante às medidas de controle harmonizado de fronteira, bem como qualquer outra disposição conseqüente.

Parágrafo único: As atribuições enumeradas no presente Regulamento não têm caráter exaustivo e compreendem todas aquelas inerentes ao cumprimento da missão específica da Comissão Binacional.

Artigo 4º: São obrigações da Comissão Binacional:

- a) Zelar pelo cumprimento dos contratos que forem celebrados em consequência do acordo;
- b) Garantir que os participantes da licitação atendam aos requisitos;
- c) Proceder à qualificação dos Licitantes e assinar os Contratos de adjudicação, tanto na etapa de estudos, quanto oportunamente na execução das obras, mediante verificação prévia do cumprimento dos requisitos pertinentes;
- d) Manter os Governos do Brasil e da Argentina devidamente informados a respeito das atividades executadas.

EXERCÍCIO FINANCEIRO

Artigo 5º: O exercício financeiro da Comissão Binacional coincidirá com o ano calendário correspondente.

Artigo 6º: Para todos os efeitos (orçamento, pagamentos, cálculo de custos, recursos e gastos), a moeda de referência será o dólar americano.

Artigo 7º: A Comissão Binacional prestará contas aos Governos do Brasil e da Argentina dos gastos e recursos que estiverem sob sua responsabilidade e os informará de todas as atividades executadas para a consecução de seus objetivos

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Artigo 8º: A Comissão Binacional é um organismo com a capacidade jurídica necessária para o cumprimento de suas incumbências específicas, em conformidade com o Acordo e o Regulamento.

Artigo 9º: A Comissão Binacional terá suas sedes em Buenos Aires, República Argentina, e em Brasília, República Federativa do Brasil. A Comissão Binacional poderá reunir-se e celebrar todos os atos de sua competência em suas sedes ou em outros lugares que forem designados.

Artigo 10: A Comissão Binacional será formada:

- a) pela Parte brasileira: pelo Ministério dos Transportes, Ministério das Relações Exteriores, outros organismos nacionais e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul;
- b) pela Parte argentina: pelo Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços, Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto, outros organismos nacionais e os Governos das Províncias de Corrientes e Misiones.

Artigo 11: A Comissão Binacional deverá reunir-se com a participação dos delegados de ambos os países para deliberar sobre os assuntos de sua competência.

Artigo 12: As decisões da Comissão Binacional serão adotadas por consenso entre as duas Delegações.

Artigo 13: A Comissão Binacional poderá reunir-se em sessões ordinárias e extraordinárias. As sessões ordinárias serão realizadas periodicamente. As sessões extraordinárias serão realizadas quando for solicitado por uma das Delegações.

Artigo 14: A Comissão Binacional determinará, a cada sessão, a data e o lugar da sessão seguinte. O país em cuja sede será realizada a sessão fará chegar às Delegações a convocação para cada sessão, acompanhada da pauta da reunião.

Artigo 15: As sessões da Comissão Binacional constarão de atas numeradas e deverão ser aprovadas e assinadas ao final de cada sessão pelos membros presentes de ambas as Delegações. As atas deverão conter resumo das exposições e resoluções aprovadas pela Comissão Binacional.

Artigo 16: O idioma utilizado pela Comissão Binacional em toda sua documentação será o português ou o espanhol. As atas serão redigidas no idioma do país onde ocorrer a reunião.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 17: As autoridades competentes de ambos os países proporcionarão as condições necessárias para as comunicações e a circulação de pessoas, veículos, embarcações e equipamentos que a Comissão Binacional utilize para o cumprimento de seus objetivos.

Artigo 18: A Comissão Binacional poderá requerer ou solicitar assistência aos diversos organismos públicos competentes, por intermédio da delegação do país correspondente, no que se refere a pessoal técnico e administrativo, instalações, equipamentos e outros meios necessários para a consecução de seus objetivos.

Artigo 19: Este Regulamento poderá ser modificado mediante proposta da Comissão Binacional.



PELA REPUBLICA ARGENTINA



PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

**REGLAMENTO DE LA COMISION BINACIONAL
ARGENTINO – BRASILEÑA PARA LA FACILITACION DE LA
CONSTRUCCION Y OPERACIÓN DE NUEVOS PASOS VIALES
SOBRE EL RIO URUGUAY**

FINES

Artículo 1º: La Comisión Binacional para los Nuevos Puentes sobre el Río Uruguay creada por Acuerdo entre el Gobierno de la República Argentina y el Gobierno de la República Federativa del Brasil, suscripto en Florianópolis, República Federativa del Brasil el 15 de diciembre de 2000, tiene por objeto el examen de las cuestiones relativas a la construcción, explotación y mantenimiento de nuevos puentes sobre el Río Uruguay.

Artículo 2º: Este reglamento contiene las normas y principios que regirán las actividades de la Comisión Binacional a que se refiere el Artículo 1º.

ATRIBUCIONES Y COMPETENCIAS

Artículo 3º: Es competencia de la Comisión Binacional:

- a) Reunir los antecedentes necesarios a fin de elaborar los términos de referencia para la contratación, ante el sector privado, de un estudio comparativo de factibilidad de nuevas conexiones, que considere los aspectos físicos, medioambientales, económicos, financieros y legales del emprendimiento, debiendo proveer en sus resultados un orden de prioridad técnica para la ejecución de los proyectos;
- b) Analizar los mencionados estudios y determinar, con base en los mismos, los próximos pasos teniendo en vista la concreción de los proyectos que las Partes decidan ejecutar,
- c) Preparar la documentación necesaria para llevar a cabo la licitación pública y la posterior adjudicación para la construcción y explotación de nuevos puentes, la realización de sus obras complementarias y accesos, debiendo ser sometida a la aprobación previa de las partes;
- d) En caso de decidirse la realización de obras por el sistema de concesión de obra pública, establecer las condiciones a cumplir por parte de los concesionarios para la realización de las obras y la explotación de las respectivas concesiones. En este caso, designar antes de la licitación un representante de cada Parte para integrar un organismo de control el que tendrá como función supervisar el cumplimiento del contrato de concesión a lo largo de su plazo de vigencia;

- e) Considerar en sus trabajos las decisiones y acuerdos resultantes del Protocolo N° 14 (Transporte Terrestre), del 10 de diciembre de 1986, incluso lo relativo a las medidas de control armonizado de frontera, y toda otra disposición que se dicte en consecuencia.

Parágrafo único: Las atribuciones enumeradas en el presente Reglamento no tienen carácter taxativo estando comprendidas en las mismas todas aquellas inherentes al cumplimiento de la misión específica de la Comisión Binacional.

Artículo 4º: Son obligaciones de la Comisión Binacional:

- a) Velar por el cumplimiento de los contratos que se celebren en consecuencia del acuerdo;
- b) Verificar que los participantes en la licitación reúnan los requisitos que exigen los pliegos;
- c) Proceder a la calificación de los Oferentes, y suscribir los Contratos de adjudicación tanto en la etapa de estudios, como oportunamente para la ejecución de las obras, previa verificación del cumplimiento de los requisitos pertinentes;
- d) Mantener debidamente informados a los Gobiernos de Argentina y del Brasil respecto a las actividades que desarrolle.

EJERCICIO FINANCIERO

Artículo 5º: El ejercicio financiero de la Comisión Binacional coincidirá con el año calendario correspondiente.

Artículo 6º: La moneda de referencia para todos los efectos que fuera necesario (presupuesto, pagos, apreciaciones de costos, recursos y gastos) será el dólar estadounidense.

Artículo 7º: La Comisión Binacional rendirá cuentas a los Gobiernos de Argentina y Brasil de los gastos y recursos que estuvieren a su cargo e informará de todas las actividades desempeñadas para la consecución de sus objetivos.

ORGANIZACIÓN Y FUNCIONAMIENTO

Artículo 8º: La Comisión Binacional es un organismo con la capacidad jurídica necesaria para el cumplimiento de su cometido específico, de conformidad con el Acuerdo y el Reglamento.

Artículo 9º: La Comisión Binacional tendrá sus sedes en Buenos Aires, República Argentina, y en Brasilia, República Federativa de Brasil. La Comisión Binacional podrá reunirse y celebrar todos los

actos de su competencia en sus sedes o en otros lugares que designe.

Artículo 10º: La Comisión Binacional se formará:

- a) por la Parte brasileña: por el Ministerio de Transportes, Ministerio de Relaciones Exteriores, otros organismos nacionales y el Gobierno del Estado de Rio Grande do Sul;
- b) por la Parte argentina: por el Ministerio de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios, Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, otros organismos nacionales y los Gobiernos de las Provincias de Corrientes y Misiones;

Artículo 11º: La Comisión Binacional se reunirá con la participación de los Delegados de los dos países para deliberar sobre los asuntos de su competencia.

Artículo 12º: Las decisiones de la Comisión Binacional serán adoptadas por consenso entre ambas Delegaciones.

Artículo 13º: La Comisión Binacional podrá reunirse en sesiones ordinarias y extraordinarias. Las sesiones ordinarias serán realizadas periódicamente cada seis meses. Las sesiones extraordinarias serán realizadas cuando lo solicite cualquiera de las Delegaciones.

Artículo 14º: La Comisión Binacional fijará, en cada sesión, la fecha y el lugar donde se realizará la sesión siguiente. El país en cuya sede se realizará la sesión hará llegar a las Delegaciones la convocatoria para cada sesión, acompañada del temario de la reunión.

Artículo 15º: Las sesiones de la Comisión Binacional constarán en actas numeradas y deberán aprobarse y firmarse al finalizar cada sesión por los miembros presentes de las dos Delegaciones. Las Actas contendrán un resumen de las exposiciones y resoluciones aprobadas por la Comisión Binacional.

Artículo 16º: La Comisión Binacional utilizará los idiomas español o portugués en toda su documentación. Las Actas serán redactadas en el idioma del país en que se celebre la reunión.

DISPOSICIONES GENERALES

Artículo 17º: Las autoridades competentes de ambos países concederán las facilidades necesarias para las comunicaciones y la circulación de personas, vehículos, embarcaciones y equipos que la Comisión Binacional emplee para el cumplimiento de sus objetivos.

Artículo 18º: La Comisión Binacional podrá requerir o solicitar a los diversos organismos públicos competentes, a través de la delegación

del país a que corresponda, la asistencia de personal, técnico y administrativo, de instalaciones, equipos y otros medios necesarios para la consecución de sus objetivos.

Artículo 19º: Este Reglamento podrá ser modificado mediante propuesta de la Comisión Binacional.

POR LA REPUBLICA ARGENTINA

POR LA REPUBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL

[TRANSLATION – TRADUCTION]

REGULATION ON THE BINATIONAL ARGENTINE-BRAZILIAN COMMISSION TO FACILITATE THE CONSTRUCTION AND OPERATION OF NEW ROAD BRIDGES OVER THE URUGUAY RIVER

PURPOSES

Article 1

The Binational Commission for New Uruguay River Bridges, created by the Agreement between the Government of the Argentine Republic and the Government of the Federative Republic of Brazil, signed in Florianopolis, Federative Republic of Brazil, on 15 December 2000, exists for the purpose of examining issues relating to the construction, operation and maintenance of new bridges over the Uruguay River.

Article 2

This Regulation sets out the rules and principles governing the activities of the Binational Commission referred to in Article 1.

POWERS AND COMPETENCIES

Article 3

The responsibilities of the Binational Commission shall be to:

- (a) Assemble the necessary background information in order to elaborate the terms of reference for the commissioning from the private sector of a comparative feasibility study of the three new road crossings in question; the study shall take into account the physical, environmental, economic, financial and legal aspects of the work, as well as any other aspect which the Commission might consider necessary, and shall propose the technical order of priorities for the implementation of the projects;
- (b) Analyse the studies referred to above, using them to determine the next steps in translating into action whichever projects the Parties decide to implement;
- (c) Prepare the documentation necessary to effect the public bidding and subsequent award of the contract for the construction and operation of new bridges and the realization of the ancillary and access works; the documentation must have the prior approval of the Parties;
- (d) Establish, in the event that it is decided to use a public works concession system, the conditions which the recipients of the concession must fulfil in carrying out

the work and operating the concessions; in this case, appoint, in advance of the bidding process, a representative of each Party to sit on an oversight body responsible for supervising the performance of the concession contract throughout its term of validity;

- (e) Take account, in its work, of the decisions and agreements arising from Protocol No. 14 (Land Transport) of 10 December 1986, including those relating to harmonized border control measures, and any other provision that may be issued as a result.

Sole paragraph: The powers specified in this Regulation are not exhaustive, but include all powers necessary for the Binational Commission to fulfil its specific mission.

Article 4

The Binational Commission shall be responsible for:

- (a) Overseeing the fulfilment of contracts signed as a result of the Agreement;
- (b) Ensuring that participants in bidding processes satisfy the requirements of the bidding documents;
- (c) Ranking bidders, and signing contracts both in the studies stage and in time for works execution, having previously verified fulfilment of the relevant requirements;
- (d) Keeping the Governments of Argentina and Brazil duly informed regarding the activities being undertaken.

FINANCIAL YEAR

Article 5

The financial year of the Binational Commission shall coincide with the corresponding calendar year.

Article 6

The currency of reference for all necessary purposes (budget, payments, cost appreciation, resources and expenditure) will be the United States dollar.

Article 7

The Binational Commission will file accounts with the Governments of Argentina and Brazil for the expenses and resources for which it has been responsible, and it will report on all activities undertaken to fulfil its objectives.

ORGANIZATION AND OPERATION

Article 8

The Binational Commission is an organization with the legal capacity needed to fulfil its specific brief, pursuant to the Agreement and Regulation.

Article 9

The Binational Commission will have headquarters in Buenos Aires, Argentine Republic, and in Brasilia, Federative Republic of Brazil. The Binational Commission may meet and perform any act within its competency at its headquarters or in any other place it may decide upon.

Article 10

The Binational Commission shall have the following composition:

- (a) For the Brazilian Party, the Ministry of Transport, the Ministry of Foreign Affairs, other national bodies, and the Government of the State of Rio Grande do Sul;
- (b) For the Argentine Party: the Ministry of Federal Planning, Public Investment and Services, the Ministry of Foreign Affairs, International Trade and Worship, other national bodies and the Governments of the Provinces of Corrientes and Misiones.

Article 11

The Binational Commission will meet with participation from the delegates of the two countries, to deliberate on issues within its jurisdiction.

Article 12

The decisions of the Binational Commission will be adopted by consensus between the two delegations.

Article 13

The Binational Commission may meet in ordinary and special sessions. Ordinary sessions will be held every six months. Special sessions will be held whenever either of the delegations so request.

Article 14

At each session, the Binational Commission will set the date and place for the following session. The country in which the session is to be held will convene delegations for each session and send them the agenda of the meeting.

Article 15

The sessions of the Binational Commission will be recorded in numbered minutes and must be approved and signed at the end of each session by the members of the two delegations present. The Minutes will contain a summary of discussions and resolutions adopted by the Binational Commission.

Article 16

The Binational Commission will use the Spanish or Portuguese languages in all of its documentation. Minutes will be written in the language of the country in which the meeting is held.

GENERAL PROVISIONS

Article 17

The competent authorities of the two countries will make available the facilities needed for communications and the circulation of persons, vehicles, vessels, and equipment to be used by the Binational Commission in fulfilling its objectives.

Article 18

The Binational Commission may request or solicit from the various competent public bodies, through the delegation of the country in question, assistance in the shape of technical and administrative staff, installations, equipment and other resources needed to fulfil its objectives.

Article 19

This Regulation may be amended through a proposal from the Binational Commission.

For the Argentine Republic:

RAFAEL BIELSA

For the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM

[TRANSLATION – TRADUCTION]

RÈGLEMENT DE LA COMMISSION BINATIONALE ARGENTINO-BRÉSILIENNE EN VUE DE FACILITER LA CONSTRUCTION ET L'EXPLOITATION DE NOUVEAUX PONTS ROUTIERS SUR LA RIVIÈRE URUGUAY

OBJECTIFS

Article premier

La Commission binationale pour les nouveaux ponts sur la rivière Uruguay créée aux termes de l'Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République argentine, signé à Florianópolis, en République fédérative du Brésil, le 15 décembre 2000, a pour objet d'examiner les questions relatives à la construction, l'exploitation et l'entretien des nouveaux ponts sur la rivière Uruguay.

Article 2

Ce règlement contient les règles et principes qui régissent les activités de la Commission binationale mentionnée à l'article premier.

ATTRIBUTIONS ET COMPÉTENCES

Article 3

La Commission binationale a pour mandat de :

- a) Réunir les renseignements généraux nécessaires afin d'élaborer les conditions dans lesquelles le secteur privé pourrait être chargé de rédiger une étude de faisabilité comparative des nouvelles connexions, l'étude devant tenir compte des aspects physiques, environnementaux, économiques, financiers et juridiques des travaux et proposer un ordre des priorités techniques pour la mise en œuvre des projets;
- b) Analyser les études mentionnées ci-dessus et utiliser leurs conclusions pour déterminer les étapes suivantes lors de la mise en œuvre du projet que les Parties décident d'exécuter;
- c) Rassembler la documentation nécessaire pour permettre les appels d'offre et l'adjudication ultérieure du marché pour la construction et l'exploitation de nouveaux ponts, ainsi que pour l'exécution des travaux auxiliaires et des ouvrages d'accès aux ponts; cette documentation doit être auparavant approuvée par les Parties.

- d) Au cas où la réalisation des travaux serait décidée selon un régime de concessions de travaux publics, définir les conditions que les bénéficiaires de la concession doivent remplir pour exécuter les travaux et exploiter les concessions. Dans ce cas, nommer avant l'appel d'offres un représentant de chaque Partie pour siéger dans un organisme de surveillance chargé de contrôler le fonctionnement de l'exécution du marché jusqu'à son échéance;
- e) Tenir compte dans ses travaux, des décisions et accords découlant du Protocole N° 14 (transports routiers) du 10 décembre 1986, y compris de ceux liés à l'harmonisation des mesures de contrôle des frontières et de toute autre disposition résultant de ce protocole.

Paragraphe unique : Les attributions citées dans le présent Règlement n'ont pas un caractère exhaustif et elles comprennent toutes les attributions inhérentes à l'accomplissement de la mission précise de la Commission binationale.

Article 4

La Commission binationale a pour obligation de :

- a) Veiller à l'exécution des contrats souscrits aux termes du présent Accord;
- b) Vérifier si les postulants à l'appel d'offres réunissent les conditions exigées par les cahiers des charges;
- c) Procéder à la qualification des postulants et souscrire les contrats d'adjudication de marché tant pendant l'étape de la mise à l'étude qu'en temps opportun pour l'exécution des travaux, après vérification préalable du respect des exigences requises.
- d) Maintenir les Gouvernements argentin et brésilien dûment informés de ses activités.

EXERCICE FINANCIER

Article 5

L'exercice financier de la Commission binationale coïncide avec l'année calendrier correspondante.

Article 6

Le dollar américain sert de devise de référence à tous les effets qui s'avèreraient nécessaires (devis, paiements, évaluations des coûts, ressources et frais).

Article 7

La Commission binationale rend compte aux gouvernements argentin et brésilien des frais et des ressources qui seraient mis à sa charge et elle les informe de toutes les mesures prises pour atteindre ses objectifs.

ORGANISATION ET FONCTIONNEMENT

Article 8

La Commission binationale est un organisme qui possède la capacité juridique nécessaire pour l'accomplissement de ses engagements précis, conformément aux dispositions de l'Accord et du Règlement.

Article 9

La Commission binationale aura siège à Buenos Aires, en République argentine et à Brasilia, en République fédérative du Brésil. Elle peut se réunir et signer tous les actes pour lesquelles elle est compétente, en ses sièges ou à tous autres endroits qu'elle pourrait désigner.

Article 10

La Commission binationale est composée comme suit :

- a) Pour la Partie brésilienne, le Ministère des transports, le Ministère des affaires étrangères, d'autres organismes nationaux et le Gouvernement de l'État de Rio Grande do Sul;
- b) Pour la Partie argentine, le Ministère de la planification fédérale, de l'investissement public et des services, le Ministère des affaires étrangères, du commerce international et du culte, d'autres organismes nationaux et les Gouvernements des provinces de Corrientes et Misiones.

Article 11

La Commission binationale se réunit par la participation des délégués des deux pays en vue de délibérer des questions relevant de sa compétence.

Article 12

Les décisions de la Commission binationale sont adoptées par consentement entre les deux délégations.

Article 13

La Commission binationale peut se réunir en assemblées ordinaires et extraordinaires. Les séances ordinaires ont lieu périodiquement, tous les six mois. Les assemblées extraordinaires se tiennent à la demande de l'une ou l'autre des délégations.

Article 14

La Commission binationale décide, à chaque assemblée, de la date et du lieu de l'assemblée suivante. Le pays où doit se tenir l'assemblée envoie la convocation correspondante aux délégations, accompagnée de l'ordre du jour.

Article 15

Les comptes-rendus des assemblées de la Commission binationale, qui résument les exposés et les résolutions approuvées par ladite Commission, sont transcrits sur des actes numérotés que les membres présents des deux délégations doivent approuver et signer à la fin de chaque réunion.

Article 16

La Commission binationale utilise les langues espagnole ou portugaise dans tous ses documents. Les comptes-rendus sont rédigés dans la langue du pays où a lieu l'assemblée.

DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article 17

Les autorités compétentes des deux pays concèdent les facilités nécessaires pour les communications et pour la libre circulation des personnes, des véhicules, des embarcations et des équipements que la Commission binationale utilise en vue de remplir ses objectifs.

Article 18

La Commission binationale peut demander aux divers organismes publics compétents ou solliciter auprès de ces derniers, par le biais de la délégation du pays intéressé, l'assistance de personnel technique et administratif, ainsi que la mise à disposition d'installations, équipements et autres moyens nécessaires en vue d'atteindre ses objectifs.

Article 19

Le présent Règlement peut être modifié sur proposition de la Commission binationale.

Pour la République argentine :

RAFAEL BIELSA

Pour la République fédérative du Brésil :

CELSO AMORIM

